

SUJEITOS REJEITOS

Ensaaios jornalísticos



Frederico Alves Ferreira

FREDERICO ALVES FERREIRA

SUJEITOS REJEITOS

Ensaio jornalístico

UFOP

Mariana – 2021

Copyright © – Frederico Alves Ferreira
Reprodução autorizada de parte desta obra, desde que
citada a fonte.

Diagramação: Frederico Alves Ferreira
Arte da capa: “Lixo” – tela de Camaleão, acervo da Casa
de Arte Aldravista, Mariana, MG

FERREIRA, Frederico Alves

Sujeitos Rejeitos – ensaios jornalísticos.

Mariana: UFOP. 2021. 1ª edição.

Jornalismo
Ensaio

“À todos que, conscientes ou não, buscam a verdade!
Aos que duvidam do que contam, argumentam e observam
para entenderem. A beleza de um ser está em sua
verdade!” (Adaptado de Edith Stein. Néstor Canclini.
Provérbio Mongol.)

AGRADECIMENTOS

A Jesus, Espírito Santo de Deus meu orientador e amigo sempre, escudo que me acompanha e me guia em fé.

Às minhas filhas, por me inspirar a seguir em frente. A toda minha família e colegas.

Aos professores TODOS no decorrer da minha vida, contribuíram todos, MUITO OBRIGADO pela orientação.

A todos os trabalhadores (uni-vos), todas as pessoas, mesmos os sujeitos silenciosos que de alguma forma contribuíram para a conclusão deste objetivo.

Saber ‘sentir o outro’ é o mais importante dos Sentidos
dos seres vivos.
O ‘Tudo’, ‘nunca’ foi dito.
“A mudança que queremos talvez esteja na atitude que não
tomamos”. (Mario Quintana)
“Quem procura a verdade, consciente ou não, procura
Deus”.
Santa Teresa Benedita da Cruz

RESUMO

Este TCC (um livro de ensaios e este memorial) apresenta relações de trabalho específico em locais e tempos de pessoas em um condicionamento mineiro, de minas, dos ‘mineirais’, minerais em que os trabalhadores são comparáveis aos rejeitos que acondicionam em uma barragem. Nessa narrativa, a construção de sujeito trabalhador de mineração é um processo de apagamento do sujeito trabalhador, para fazer surgir uma força de trabalho sob uniforme, Equipamentos de Proteção Individual e atrás de crachá. É uma reflexão jornalística que objetiva demonstrar fatos presentes e passados, ligar indivíduos ao acontecimento, ao meio, à comunicação social. É uma proposta de construção de informação transformadora, em uma cultura de ocultação de informações. Mesmo com limitações de circulação, resultante de imposições do isolamento social imposto pela pandemia de coronavírus, buscou-se fazer ecoar as vozes de sujeitos ativos presentes na lide mineradora, especialmente daqueles que foram afetados pelas consequências da interrupção de atividades depois do rompimento da Barragem de Fundão, em Bento Rodrigues, Distrito de Mariana, Minas Gerais, em 5 de novembro de 2015.

Palavras chave: sujeito, mineiro, acontecimento, trabalho, minas, palavras, mídia.

SUMMARY

This TCC (a book of essays and this memorial) presents specific working relationships in places and times of people in a mining, mine, 'minerals' conditioning, minerals in which workers are comparable to the tailings that condition in a dam. In this narrative, the construction of the mining worker subject is a process of erasing the worker subject, in order to bring out a workforce under uniform, Personal Protective Equipment and behind a badge. It is a journalistic reflection that aims to demonstrate past and present facts, connecting individuals to the event, to the environment, to social communication. It is a proposal to construct transformative information, in a culture of hiding information. Even with circulation limitations, resulting from the impositions of social isolation imposed by the coronavirus pandemic, an attempt was made to echo the voices of active subjects present in the mining sector, especially those who were affected by the consequences of the interruption of activities after the rupture of the Dam of Fundão, in Bento Rodrigues, District of Mariana, Minas Gerais, on November 5, 2015.

Keywords: subject, miner, event, work, mine, words, media.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
MINERAÇÃO	16
RELAÇÕES DE TRABALHO	19
RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL	22
DENÚNCIA	26
SUJEITOS E A SOCIEDADE	37
O REJEITO	51
A MÍDIA	53
UM CRIME QUE NÃO SE ACABA	60
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

O desafio deste trabalho é o de construir uma reflexão jornalística a respeito do trabalhador de mineração. Não é a mineração em si o foco desta pesquisa, mas aquele sujeito que a torna real, desempenhando tarefas rigorosamente controladas por turnos, jornadas, pontos de saída e de chegada, metas a serem cumpridas e protocolos de ações. Sob a manta legal de proteger o trabalhador, as empresas buscam formas legais que as protejam de terem que arcar com custos de indenizações. Assim descobrimos os Sujeitos Rejeitos nos meios silenciosos na extração mineira-social.

Cabe uma advertência inicial: as vozes constantes deste trabalho ou são de pronunciamentos públicos, jurídicos ou jornalísticos, ou de pessoas que autorizaram a utilização de suas vozes neste trabalho acadêmico, conforme preveem os preceitos éticos do jornalismo.

Esta reflexão, meio reportagem, meio monografia, escreve-se desde o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. Esse rompimento me chega filtrado pelo trabalho jornalístico, mas instaura o sujeito trabalhador de mineração que fui até meu ingresso no curso de Jornalismo da UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto). Daí, na minha percepção, não era apenas a de um desastre numa barragem de rejeitos, mas a de vidas de trabalhadores, sujeitos como eu da mineração, que foram rompidas e atiradas na lama.

Desde as primeiras disciplinas no curso, os primeiros trabalhos no ICSA (Instituto de Ciências Sociais Aplicadas), para graduação em jornalismo, foram desenvolvidos consciente ou inconscientemente, como

construção da dinâmica construtiva deste texto. Durante todo meu percurso nas disciplinas que cursei, foquei na cobertura jornalística que testemunhei, em torno dos atingidos da comunidade próxima, detalhadamente na comunicação, envolvendo os trabalhadores de barragem na mineração, especialmente os trabalhadores atingidos, também os moradores do distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, localizado cinco quilômetros a leste do pé da barragem que se rompeu.

Os acontecimentos que se sucedem ao rompimento da barragem de Fundão, em 05 de novembro de 2015, provocam o processo de construção desta reflexão que requereu muita determinação, responsabilidade e certeza de busca das verdades dos fatos; afinal ela estava sendo desenhada pelos preceitos do jornalismo. Estão concomitantemente ligados ao fato de este livro não ser escrito como deveria ser, digamos em uma literatura poética, ou clássica, tipo um romance, aqui eu busco características básicas, próprias opções que fundamentam a profissão, que está no aprendizado obtido no jornalismo. Agreguei muito à minha vontade e minha obstinação por justiça social que sempre tive, luta por igualdade social em todos os sentidos, desejo de proporcionar a comunicação social e dar voz às minorias, reconhecer e valorizar esses sujeitos sociais vitimados pela mineração. Junta-se a isso a vontade de escrever um livro-reportagem:

Optar pelo livro-reportagem como projeto experimental de conclusão de curso é uma forma de apresentar ao estudante de jornalismo a possibilidade de convergência entre a linguagem jornalística e a literária, despertar nele a consciência de seu papel como agente social capaz de observar os acontecimentos e interpretá-los de forma a ampliar os conhecimentos de seus leitores sem precisar reduzir as discussões aos poucos caracteres da notícia. (Bezega, 2013, pág. 5)

O objetivo principal deste trabalho transpassa estes fatores acima e, citando Nilson Lage, acrescento que:

O repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser o ouvido e olho remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante. Essa função é exatamente a definida como a de agente inteligente. (Lage, 2011, pág. 23)

Procuo com isso demonstrar a intenção neste trabalho de transmitir o que é de interesse público. Fazer ser o jornalismo uma representação delegada para o leitor, ouvinte, espectador colocado em evidência, colocar a função do jornalismo a favor dele. Estar a favor sempre como nesse caso do Bento Rodrigues, dos atingidos, que são alijados dos seus direitos humanos, suas vidas em troca do capitalismo impositivo dominador, diante da imensa vulnerabilidade social a que foram lançados, discriminação social aumentada devido ao rompimento da barragem de uma empresa. Busco dar voz aos trabalhadores, levando informação que contribua para unificação, conclusão de que há necessidade de consenso no debate em torno de todos que foram atingidos por essa “bomba” de lama que inundou de caos mais que uma comunidade. Através da Comunicação Social, papel do jornalismo, há fatos neste caso que não chegaram ao conhecimento da sociedade externa. Muito do que foi noticiado tinha como objetivo a criação de uma cortina que encobrisse as dos atingidos e dos trabalhadores que perderam seu local de emprego. Para isso é preciso primeiro conhecer, reconhecer estes sujeitos componentes de uma nação.

Márcio Seligmann-Silva (2010) acrescenta importante leitura para colocar a necessidade do testemunho dos trabalhadores, componente essencial para definição e aproximação de afetos entre esses sujeitos, buscados no trabalho de comunicação social. No seu

trabalho “O Local do Testemunho” defende na segunda parte que “estuda-se a relação do testemunho com as modalidades de escrita do Eu, com ênfase nos conceitos de diário e autobiografia”. “É o significado do político do testemunho (também valorizado no trabalho), como instrumento de construção de uma memória contra o esquecimento de um “trabalho de memória” com relação aos traumas sociais”. (Seligmann-Silva, 2010, pág. 1) Ainda como busquei trabalhar a ideia de testemunho:

(...) entender o testemunho na sua complexidade enquanto misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar: um elemento complementa o outro, mas eles relacionam-se também de modo conflituoso. O testemunho revela a linguagem e a lei como constructos dinâmicos, que carregam a marca de uma passagem constante, necessária e impossível entre o “real” e o simbólico, entre o “passado” e o “presente”. (Seligmann-Silva, 2010, pág. 5)

É um trabalho de coleta de testemunhos de trabalhadores atingidos com a intenção construtiva do jornalismo, visando preencher lacunas na comunicação social. As entrevistas em forma de “dialogias na produção jornalística, onde o profissional contribui para mostrar uma visão polissêmica da realidade”. Busquei com isso “uma comunicação não convencional, mais democrática e relacional”. (Maia, 2006, págs. 3 e 4). Principalmente entorno dos trabalhadores atingidos mais diretamente na mineração e nas comunidades próximas ao local da barragem. Angulações propostas com interatividade entre os sujeitos partícipes são fundamentais para uma composição total da veracidade dos fatos, levando informações além das vozes institucionalizadas que predominam no universo cultural que envolve o cenário dos acontecimentos. O jornalista é um “construtor de significados” como descreve Cremilda Medina (2003, pág. 74), e como construção de sentidos, “penso aqui na

contribuição para a circulação de informações e quais mecanismos jornalísticos para essa produção.” (Maia, 2006, pág. 2).

Sujeitos rejeitos

MINERAÇÃO

A mineração sempre foi protagonista de desenvolvimento, porém devastadora para nós Brasileiros. Nós praticamente só existimos fundamentalmente como nação por conta da exploração vegetal, mineral e social, e sempre exploração do trabalho social, principalmente. Minas Gerais é fruto da mineração, e a carrega até no nome. Embora ela seja indústria de extração mineral, de vasta oferta de empregos, ela se caracteriza pela exploração social-mineral, que escravizou e escraviza (fisicamente, psicologicamente, socialmente, espiritualmente e ambientalmente); devasta e degrada territórios e grupos sociais. Devastadora porque desde o tempo em que éramos todos índios, a gana extrativista nos matou, para levar a madeira, açúcar, ouro, e usar as mulheres para sexo e obrigar os homens a trabalhar. Nós, brasileiros, no espectro macrossocial, ainda temos que pagar o custo social da escravidão social dessa exploração mineral extrativista.

O Brasil nasceu com a mineração do ouro que os portugueses acharam com os índios. Ops! O Brasil, dizem, eram os Índios; daí vieram os "colonizadores" – (já não é hora de mudarmos esse conceito de que fomos colonizados? FOMOS, sim, mortos; FOMOS roubados, FOMOS escravizados, em cada século, cada um que nasceu neste país foi submisso a algum poder maior que se impôs) – do ouro que acharam quiseram saber de onde vinha; depois levaram tudo o que estava fácil de achar, e só precisou matar os índios para pegar. Daí tinha que cavar para retirar, como não queriam trabalhar, foram à África e roubaram vidas, roubaram pessoas – (não vou nem entrar na questão

do porquê, da cor), trouxeram para o Brasil os escravos e os obrigaram a cavar a terra e retirarem o ouro para eles, europeus. Quando acabou tudo que podiam levar facilmente, cavando, declaram independência até que paguem, paguem e paguem por várias gerações, enquanto ainda tiver ouro nessas terras.

Estamos vivendo agora as consequências da falta de uma luta comprometida. Somos um país explorado, de enriquecimento da elite por exploração escravagista. Grandes impérios econômicos foram formados pela exploração desmedida, da natureza e de humanos. Temos que lutar para transformar esse sistema que oprime, e Mariana como célula “Mãe de Minas” (está na bandeira da cidade) tem que abrir esse caminho, com o apoio de todos os brasileiros. Dá para conceber que ainda pagamos dívida da coroa portuguesa? Levaram o ouro e ainda pagamos dívida!

Agora o minério! Empresas multinacionais exploram nossos recursos minerais, nossa riqueza, embarcam para outros continentes, lucram vultosas somas em commodities e nos deixam poços de rejeitos, crateras onde havia serras e matas e mananciais e desordenamentos nas expansões urbanas e nas demandas sociais.

Só recebemos uma migalha do que os acionistas descartam do lucro; uns 2% dos royalties. Ainda assim é a maior fonte de arrecadação dos municípios sedes de áreas de mineração. Lamentável isso! Realidade da desigualdade! Isso tem que ter fim! Agora as comunidades pagam a conta da desgraça que as empresas gananciosas causaram. Só nos foi subtraído! Lamentável!

Não dá mais para ouvir jargões midiáticos de hipócritas envolvidos pelos conglomerados corporativos. Verdade que temos que assumir nosso papel de gente, de cidadão, de brasileiro de verdade. As propagandas oficiais das empresas querem nos vender versões de ações sociais,

responsabilidade social e ambiental, de segurança e monitoramento de barragens, de reconstituição de vegetação nas áreas mineradas. A verdade é que queremos a verdade! Precisa que cada um de nós, governantes desse país, nós cidadãos assumamos o papel que cabe a cada um! Lisura, transparência, respeito às normas legais e à vida, é o que esperamos. Acordemos brasileiros, temos que tomar as rédeas para rompermos as rédeas da escravidão!

Enquanto não lutarmos, Brasil, não seremos uma nação!

RELAÇÕES DE TRABALHO

Tratar de questões de trabalho no mundo da mineração requer reflexão sobre as relações de trabalho, da divisão social do trabalho e dos substratos do trabalho. O mundo da exploração mineral é dominado por poucas e grandes organizações que subdelegam as atividades de exploração e de construção de infraestrutura a também grandes corporações. São estas que contratam trabalhadores, a quem denominam de colaboradores, para o desenvolvimento do trabalho nos campos extrativos. Essa denominação de “colaboradores” é metáfora de uma ação participativa, em que o trabalhador-colaborador se sinta protagonista daquela frente de trabalho, e, por consequência, tenha o sentimento de reconhecimento de seu esforço, seja pelo bom tratamento, seja pela remuneração de seu esforço. Um evento trágico com o do rompimento da Barragem de Fundão mostra que essa solidariedade alimentada pelo tratamento de “colaborador” é, na verdade, uma solidariedade negativa. Para tratar disso, recorro a Durkheim.

Porque a solidariedade negativa não produz por si mesma nenhuma integração e porque, aliás, não tem nada de específico, Émile Durkheim, em a Divisão Social do Trabalho, reconhece apenas dois tipos de solidariedade positiva, discriminados com as características seguintes: a primeira liga diretamente o indivíduo à sociedade, sem nenhum intermediário; a segunda, ele depende da sociedade, porque depende das partes que a compõem.

A sociedade não é vista sob o mesmo aspecto nos dois casos. No primeiro caso, o que se designa por este nome é um conjunto mais ou menos organizado de crenças e de sentimentos comuns a todos os membros do grupo: é o tipo coletivo. Ao contrário, a sociedade à qual somos solidários no segundo caso é um sistema de funções diferentes e especiais que unem relações definidas. Aliás, estas duas sociedades são apenas uma. São duas faces de uma única e mesma realidade, mas que precisam ser distinguidas.

Desta segunda diferença decorre uma terceira, que nos vai permitir caracterizar e nomear estes dois tipos de solidariedade. A primeira só pode ser forte na medida em que as ideias e as tendências comuns a todos os membros da sociedade ultrapassem em número e em intensidade as que pertencem pessoalmente a cada um deles. É tanto mais enérgica quanto este excedente é mais considerado. Ora, o que faz nossa personalidade é o que cada um de nós tem de próprio e de característico, é o que o distingue uns dos outros. Portanto, essa solidariedade apenas pode crescer na razão inversa da personalidade. Existe em cada uma de nossas consciências duas consciências: uma é comum com o nosso grupo inteiro e, por conseguinte, não somos nós mesmos, mas a sociedade inteira vivendo e agindo dentro de nós.

A outra representa, ao contrário, o que temos de pessoal e distinto, o que faz de nós um indivíduo. A solidariedade que deriva das semelhanças está em seu maximum quando a consciência coletiva recobre exatamente nossa consciência total e coincide em todos os pontos com ela: mas, neste momento, nossa

individualidade é nula. Ela só pode nascer se a comunidade ocupa menos lugar em nós. Existem aí duas forças contrárias, uma centrípeta e outra centrífuga, que não podem crescer ao mesmo tempo. Não podemos desenvolver-nos simultaneamente em dois sentidos tão opostos. Se temos uma viva inclinação a pensar e agir por nós mesmos, não podemos estar fortemente inclinados a pensar e a agir como os outros. Se o ideal é fazer-se uma fisionomia própria e pessoal, não poderia ser o de assemelhar-se a todos. Além do mais, no momento em que a solidariedade exerce a sua ação, nossa personalidade se esvai, pode-se dizer, por definição; pois não somos mais nós mesmos, mas o ser coletivo. (Durkheim)

An individual does not begin to live until it rises above the narrow confines of his individualistic concerns to the broader concerns of all humanity. Um indivíduo não começa a viver até que ele se eleve acima dos limites estreitos de suas preocupações individualistas para as preocupações mais amplas de toda a humanidade.

MARTIN LUTHER KING, Jr.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Socioambiental faz parte do conjunto de responsabilidades das empresas que teve início quando houve a insurgência de movimentos sociais (pacifistas, feministas, raciais, de direitos humanos e ambientalistas). Sistemática e organizadamente, movimentos sociais promoveram e promovem pressão sobre as grandes empresas, exigindo que respondam pelas consequências diretas de suas atividades em sua relação ao lado social com o meio ambiente e interação com o homem. Esse conceito foi acolhido em 1998, pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council for Sustainable Development - WBCSD), que definiu Responsabilidade Socioambiental como "o compromisso permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo" (in: jus.com.br).

À medida que o poderio econômico das organizações privadas cresce, a pressão para que respondam por questões socioambientais também se intensifica; é a cobrança pelos princípios fundamentais de coerência, justiça e respeito aos direitos humanos e ao ambiente.

Responsabilidade Socioambiental então é o desenvolvimento nas empresas de ações fundamentadas nos princípios de coerência, justiça, respeito ao homem e ao

meio ambiente. Ações que buscam adaptar a atuação da empresa com o meio ambiente e o meio ambiente como patrimônio a ser zelado por todos. A empresa reconhece seus impactos ao meio e busca mecanismos para melhorar suas atividades. Num paralelo, é o mesmo que dizer que desde os idos mais remotos da humanidade, até as sociedades mais primitivas, a busca pelo alívio da dor e pela cura das doenças sempre foi tentada.

Em geral, a ética lida com problemas suscitados pelos desejos e necessidades humanos: a obtenção de felicidade ou a distribuição de bens. Quando se pensa especificamente acerca do meio ambiente, o problema central consiste na atribuição de valor independente a coisas como a preservação das espécies ou a proteção da vida selvagem. Essa proteção pode ser defendida como um meio para garantir as necessidades humanas básicas, encarando os animais, por exemplo, como uma fonte futura de medicamentos, ou de outros benefícios. No entanto, muitos filósofos desejariam reivindicar um valor absoluto e não utilitarista para a existência de locais e seres selvagens; seu valor é precisamente sua independência em relação à vida humana: "eles nos reduzem à nossa importância relativa". Não conseguir apreciar isso não é apenas uma incapacidade estética, mas também uma falta de humildade e de respeito: é uma incapacidade moral. O problema consiste em conseguir exprimir esse valor e usá-lo contra os argumentos utilitaristas que

defendem a urbanização de áreas naturais e a extermínio das espécies de forma um tanto arbitrária. (Destarte, o Dicionário Oxford de Filosofia, de Simon Blackburn)

Se a responsabilidade socioambiental não se torna realidade pela ética, como a citação acima, filosófica, ela se dá na prática como alternativa de sobrevivência das grandes empresas. Dessa forma, empresas ávidas por lucro hoje buscam na maioria atuar conforme normas, para poderem continuar sua produção. A ética está, no entanto, norteia as ações de empresas que têm observado a necessidade de adaptar suas atividades e promover o bem-estar e interação com o meio ambiente e com as comunidades impactadas por suas atividades, criando assim uma verdadeira responsabilidade socioambiental.

A noção de responsabilidade socioambiental se torna tão crucial nas sociedades atuais que atinge a formação acadêmica em todas as áreas do conhecimento. A formação das pessoas deve incluir valores éticos e de responsabilidades para com o bem-estar dos outros e dos ecossistemas do planeta. Na área da medicina, por exemplo, conhecendo melhor o organismo, suas enfermidades e tratamentos, a formação dos médicos disciplina o exercício da Medicina levando em consideração os impactos das violações socioambientais sobre a saúde humana. (SOUZA, 2001, p. 39).

Seremos conhecidos como a geração que acabou com o planeta terra? Governos, movimentos sociais se esforçam para que possamos ser conhecidos como a geração que salvou o planeta. A aplicação dos preceitos legais e éticos da Responsabilidade Socioambiental podem tirar o planeta da rota do colapso. Poderemos deixar para as gerações futuras o direito de viverem plenamente os direitos

naturais de todo ser vivo. Assim como temos direito à vida, as gerações futuras também o terão. Água pura, ar limpo, planeta saudável...

DENÚNCIA

“Estourou (...), não desce não, caminhão aí, ó!” (voz no rádio de comunicação). “Tá estourando a barragem, ‘véio’ (outra voz atravessa o rádio usando uma gíria de velho), – estourou, ‘véio’! (próximo ao caminhão de onde está gravando a imagem se ouvem muitas buzinas altas disparadas de caminhões e equipamentos de mineração). A barragem rompeu aí agora” (outra voz soa pelo rádio)! “Nó, véio!”, – outra voz intervém: quem tá falando que a barragem rompeu aí? (Perguntam pelo rádio) “Sai fora daí, Rogério, sai fora daí, Rogério” (outra voz no rádio grita). E mais buzinas encerram o vídeo dramático (...), enquanto seguem imagens divulgadas na televisão e em vários outros meios de comunicação, mostrando o colapso da lamaceira da Samarco S.A. sobre o rio Gualaxo do Norte rumo ao rio do Carmo, depois ao rio Doce e depois neste, por dias seguidos, até o oceano Atlântico.

A Denúncia Final Compilada apresentada pelo Ministério Público responde o que me pergunto sempre como trabalhador da mineração em Minas Gerais. Quem é o sujeito que deveria interromper a operação de uma barragem como a de Fundão? Quem deveria prever os fatos? Onde estavam as equipes de monitoramento e prevenção de acidentes? Quem teria competência para paralisar a atividade laboriosa de milhares de trabalhadores? Quem poderia ter a decisão e evitado o caos na economia de várias cidades ao longo do rio de lama? É possível entender como esse, entre outros fatores, delineia a decisão que passa por fatores macroeconômicos distantes

das nossas análises? Contudo, os fatos consistentes apresentados após doloroso período pós-tragédia em Mariana respondem quem teria o poder de parar a Samarco. Seria mesmo, parar a Samarco, ou obrigá-la a mudar a tecnologia de processamento de minério? Há alternativas de processamento a seco, que liberam rejeitos secos. Como o terrível desastre promovido por homens trabalhadores só poderia ser interrompido, evitado por quem o financia, o capital econômico que está no controle dos Conselhos Administrativos das empresas societárias da Samarco. Abaixo desses conselhos homens e mulheres e suas funções como Diretores e Gerentes, se esquivam das responsabilidades que lhes são atribuídas. A responsabilidade recaiu sobre um nome, nesse caso de uma logomarca, de um nome fantasia, uma empresa, saindo da responsabilidade de homens e mulheres, atribuída que foi a uma “razão social”. A responsabilidade, se é que existe uma, porque aqui não escrevo para isso e nem concordo com os julgamentos públicos, deve ser atribuída? Vemos o que está sendo feito pela maioria da população das comunidades atingidas por uma “razão social” que assumiu as responsabilidades em todos os aspectos, e atribuiu a uma outra razão social, uma Fundação criada para o fim específico de gerenciar as reparações, todas as responsabilidades de gerenciamento das ações reparadoras. A própria razão social do povo com o julgamento dado aos fatos, dizendo “a empresa tem que voltar logo” e que Mariana depende dos alagozes, a culpabilidade está presente na voz desses que são omissos às verdades apresentadas. Especificamente vitimados, os trabalhadores são colocados apenas com o julgamento do homem e a relação com seu trabalho. Nada, além disso! Há uma razão que impõe condições de vida que é somente trabalhar e morrer. Consultando os trabalhadores, vemos como ficaram invisíveis em todas as narrativas dos acontecimentos,

porque, por determinação da empresa, não podem dar entrevistas.

O Ministério Público esclarece no documento de Denúncia Compilada Final (DCF) que os membros Conselheiros Administrativos das empresas “sabendo dos problemas, falhas ou não conformidades, deixaram de impedir sua prática, quando podiam e deviam agir para evitar os resultados lesivos produzidos pelo rompimento da barragem de Fundão”. (Pág. 203, DCF). Esta acusação aplica-se a todos aos diretores, gerentes e demais denunciados no processo, são os responsáveis pela omissão em agir que podiam ter evitado esse desastre. Os acusados sim os “desastrosos” incompetentes quanto à vida dos trabalhadores subordinados a eles, como não deveriam ser. Conforme o MP no mesmo parágrafo salientou “não foram omissos quanto à cobrança pelos resultados financeiros da empresa” nem quanto à cobrança por “redução de custos”. Deixaram de empregar, no exercício da função, “o que todo homem ativo e probo deveria empregar na administração de seus próprios negócios” (art. 145 c/c art. 153, ambos da Lei 6.404/76). Os acusados detinham o poder de cuidado e omitiram-se. Na página 215 da DCF os Diretores Ricardo Vescovi e Kleber Terra trocam mensagens que o MP divulga. Conversam sobre as trincas que já apareceram em 2014 antes do rompimento no eixo do maciço que desviaram na barragem. Kleber Terra fala de necessidade de drenagem interna da barragem de Fundão. Ainda em conversa com outro gerente Germano Lopes afirmam que as trincas estão estáveis não aumentaram, está estável afirma Germano (pág. 221, 222). Isso em 04/09/2014, um ano antes do rompimento. No texto o MP fala que “conversam com a tranquilidade de quem se omitiram para causar o maior desastre ambiental da história do país”.

Na Comissão Especial de Direitos Humanos no dia 06 de dezembro de 2017, o promotor de Mariana,

Guilherme Sá Meneghin, falou sobre a relação das empresas criminosas protagonistas do desastre no rompimento da barragem. O promotor disse no dia da Comissão da Empresa Fundação Renova, criada pela Samarco, que essa fundação “é como de um filho mandado pelo pai, para resolver o problema causado pelo pai”. Disse ainda que mais de cem atingidos só receberam suas indenizações mais de dois anos depois do crime. Três ações públicas são ações de cumprimentos de sentença após ação ajuizada de reparação; a parte da empresa não cumpre; então, a justiça manda que sejam reconhecidos os direitos das vítimas na ação de cumprimento de sentença. O culpado não cumprindo, outra ação judicial autoriza a justiça impor novas cobranças. Os atos reparatórios não ocorreram por benevolência das empresas, mas por decorrência de ações judiciais do Ministério Público, que obrigaram o cumprimento de acordos de moradia e indenização e auxílios financeiros. “Ação de cumprimento de sentença significa que já houve um descumprimento”, salientou Meneghin. “Vamos tentar reescrever essa história”, que pede às empresas e à Fundação Renova, em nome dos atingidos na Comissão de Direitos Humanos, reparação do crime. André Sperling Prado, promotor de justiça e coordenador de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público de Minas Gerais iniciou sua fala, dizendo que “o ministério público sempre atua em favor dos direitos humanos e das pessoas que estão entre os menos favorecidos nesse estado”. Entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil manifestam-se em apoio às vítimas de Fundão, assistindo os atingidos diretamente moradores do Bento, considerados trabalhadores também, como deve ser.

Contudo este trabalho de reportagem busca dar ênfase aos trabalhadores, sem voz, que foram os atingidos pela lama diretamente na barragem. Sem desconsiderar os moradores, obviamente, já apresentados em outras

matérias. Além dos que também trabalham e perderam empregos nas empresas, moradores de todas as comunidades atingidas, até o mar, como os pescadores. Todos precisam de voz, e todos são trabalhadores, aqui representados. Considerando estes trabalhadores citados colocados sobre determinado modo de olhar, um olhar altruísta, mas que separa estes que trabalham duro na frente do risco, na frente da barragem, em turnos infindáveis. São os que cumprem ordens e não têm direito à voz de decisão, atualmente desamparados. Não serão aqui considerados, por questões óbvias, daqueles que se sentam às mesas de reuniões (acionistas, diretores, gerentes), os donos do capital que não se arriscam na lama, são omissos e tomadores de decisões, irresponsáveis no caso em questão e indiciados pela justiça como responsáveis pela tragédia que atingiu à bacia do rio Doce.

Importantes apresentações com falas retumbantes em Mariana no dia dez de novembro de 2017 corroboram as minhas colocações na apresentação deste trabalho. O Seminário de Mineração e Meio ambiente, idealizado e promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Mariana, juntamente com a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e a Comissão Estadual de Direito Ambiental, preencheu todos os lugares do auditório do Colégio Providência em Mariana. Representantes do Ministério Público municipal, estadual e federal estiveram presentes. Várias falas apontaram entre outras, a uma posição comum: o acordo elaborado pelas empresas, para “resolver o problema”, não havia participação dos atingidos, dos órgãos da comunidade, isso foi ressaltado pelos palestrantes. É prioridade “Resolver o sofrimento do povo em decorrência da tragédia da Samarco” disse o Coordenador de Bacias Hidrográficas, Promotor de Justiça do Ministério Público Carlos Alberto Valera, citando palavras do procurador geral de justiça, Antônio Sérgio

Tonet, sobre o caso que mais mobilizou mão de obra ministerial, e assim ressaltou. Mas as dificuldades são imensas devido ao modelo do sistema posto, que possibilita ao poder econômico se valendo de advogados, levar as discussões até as últimas instâncias da justiça. Após chamar atenção para dar crédito a uma imagem de um caracol sobre o martelo da justiça, acrescentou que “os políticos que detém o poder de decisão de mudar estes estados de coisas não o fazem porque tem parte de suas campanhas políticas financiadas pelos setores econômicos.”

O momento de maior lotação foi à tarde com a presença dos prefeitos Duarte Júnior de Mariana, e Lérís Braga prefeito de Santa Bárbara. Antes, porém, na maior defesa testemunhada do meio ambiente após o desastre, disse, com razão e lamentou o professor oceanógrafo Dr. Antônio Phillomena, da Universidade Federal de Rio Grande do Sul: “os índios não estão presentes”. Apresentou-se dizendo que fala coisas que ninguém quer ouvir e adora, além de “nunca ser convidado pra nada”, aos 66 anos milita desde os 18, “o rio é um Sujeito de direito” enfatizou. Deu “Valor” e não preço, ao Rio Livre, não esclareceu seu trabalho porque está em andamento, mas devemos passar a ver o caso grave de aceitação do esquema que proporcionou o acidente. Se temos a mineração como sistema de geração de riqueza temos que nos preparar; e o que fazemos? O valor do meio ambiente é diferente do valor do dinheiro gasto para reparar o desastre ambiental causado. O professor trabalha com metodologias que “medem” o valor que o ambiente tem para o homem. Não o preço pago, mas o valor. Valor da natureza é diferentemente de preço, salienta; é por exemplo quanto gastamos de natureza, para sobrevivermos neste mundo, quanto de natureza precisamos, gastamos no nosso dia a dia. Enfatizou que nós jamais medimos quanto de água gastamos, de terra ocupamos ou de ar respiramos; os

minerais ou os alimentos que consumimos. Todos vêm da natureza. Quantas pessoas cabem no mundo, quando de natureza é necessário para o homem viver? Acrescento, como mais um argumento deste trabalho, quanto de natureza a Samarco gasta para operar, quanto de seres humanos a Samarco gasta para funcionar? Quanto de vida extinguiu com a tragédia que causou Quanto de natureza se perdeu desde o início das operações de mineração? Quanto se é possível medir? O pronunciamento do Dr. Phillomena serviu para trazer esse sentimento, sobre as medidas das coisas.

No Seminário, a professora de Direito Internacional da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Dr^a. Tatiana Ribeiro de Souza, disse que as pessoas são tratadas como pelotas de minério pela Samarco. Em contraposição, neste trabalho argumento que os trabalhadores, além de todos os atingidos, são tratados como rejeitos pela empresa, porque as pelotas saem pelo mineroduto e têm tratamento “vip”, de luxo, inclusive com água pura de graça e têm valor agregado, e representam a substância das commodities. Os trabalhadores das empresas envolvidas, os moradores dos locais atingidos, ao longo de toda a bacia, ficaram com os rejeitos, lamentavelmente confundidos com eles, a parte desprezada do processo. Assim, são sujeitos rejeitos.

A Denúncia final traz importante constatação ao mesmo tempo dramática. As causas mortis são compatíveis com impacto e arrastamento de corpos pela violenta e veloz corrida de lama (pág. 45). Asfixia mecânica por soterramento, politraumatismo contuso e afogamento, alguns corpos estavam mutilados. Constataram os peritos que “segmentos corpóreos de uma mesma vítima chegaram a ficar afastados entre si até 70 km” (pág. 50, DCF). Os corpos encontrados três foram reconhecidos somente por análise de DNA, três vítimas reconhecidas por exame datiloscópico (impressão digital), duas vítimas de

trabalhadores foram reconhecidas por exame antropológico odonto-legal; outro trabalhador Edmirson José Pessoa teve sua morte constatada sem encontrar o corpo.

Mostra ser clara a separação entre os responsáveis pela tragédia que estavam acima da barragem e são os controladores, diretores, gerentes; e os trabalhadores abaixo da barragem, sujeitos rejeitos, abrangendo os moradores de Bento, Paracatu de Baixo, Gesteira, Barra Longa, outros tantos, e pescadores, diversos atingidos Rio Doce abaixo. Os que estão acima agora têm os melhores advogados que o dinheiro pode pagar como disse o promotor Carlos Varela. Os que ficam abaixo da barragem contam com o esforço de pessoas, atingidos também, em suas vidas, advogados do estado, promotores públicos, poucos políticos, professores, entidades civis, jornalistas, ativistas, e a sociedade acuada com alguma voz.

“Município nenhum é vocacionado para a mineração”; o município é um “ente federativo, uma unidade político administrativa que é vocacionada para criar, desenvolver e construir uma sociedade justa e igualitária”, diz a doutora Tatiana Ribeiro, surpresa com o que ouviu durante a palestra sobre a vocação dos municípios para a mineração. E completa: “– vocacionado para a mineração são as mineradoras!” O modelo de exploração minerária não resulta em um bem viver, mas em desemprego, falsas expectativas de desenvolvimento que nunca vêm, promessa de um desenvolvimento sustentável, quando se sabe que não é sustentável; propaganda de respeito aos direitos humanos, mas tratam as pessoas como pelota de minério, disse a Dr^a. Tatiana. Enfatiza a professora, dizendo que é preciso desconstruir as premissas sobre as quais foram organizados esses municípios onde são desempenhadas atividades relacionadas com a mineração, para que voltem para sua verdadeira vocação que é tornar a sociedade justa e igualitária. A professora é categórica em

afirmar que o rompimento da barragem de Fundão definitivamente não foi um acidente, foi um crime que tinha todas as condições antecipadas em documentos de conhecimento da própria empresa. Defensora de direitos humanos, a professora Tatiana acrescenta que é de conhecimento o Relatório de Risco da empresa que previa, em caso de rompimento da barragem, o tempo que ela ficaria parada, a imprensa contra a empresa, manifestações populares e até o número de mortos estava no relatório. Ainda o “rompimento da barragem de Fundão não causa a comoção que deveria causar, porque não são pessoas consideradas de um alto nível social, econômico, político, as que foram os principais atingidos por esse desastre”. É impressionante como não tem nada de tragédia, mas um drama trágico, citando Walter Benjamin, “não tem nada da mão de Deus no rompimento, mas as mãos do homem”. Citou a sabedoria popular que ensinou que “a lama é parte da natureza, o que destruiu a vida da gente foi o rejeito da Samarco, não é a lama”. Ouviu queixas da OAB, do MP, do Prefeito, além dos atingidos que não foram chamados para discutirem o Termo de Ajustamento de Conduta.

O prefeito de Mariana Duarte Júnior, durante o seminário, sancionou o Código Ambiental do Município, Lei complementar nº 168 de 7 de novembro de 2017, que segundo ele “vem em momento extremamente importante, pelo que passa Mariana”. Deve servir para nortear todas as ações necessárias para preservação do meio ambiente e melhoria de vida dos cidadãos Marianenses. O prefeito falou sobre a multa aplicada às empresas, e algo que incomoda muito a cidade de Mariana. Em sua opinião, a multa que a empresa Samarco sofreu, aplicada pelo estado de Minas Gerais, permite à empresa o poder discricionário, que é o direito de aplicar metade da multa em algum programa em favor do município, tem a conveniência e oportunidade de escolha. A empresa Samarco e o Estado de

Minas Gerais negociaram a multa de aproximadamente cem milhões de dólares, sem a participação do município, a serem depositados nos cofres do “Fundo Único do Estado”, sem repasses ao município. Desabafa o prefeito: “é inadmissível! Havia sido negociado com o governador que ele abriria mão de vinte milhões, que a cidade deveria investir em água”, acrescentou Duarte Júnior. “Essa situação foi questionada na assembleia legislativa, com aprovação unânime de um dispositivo de lei, para que as multas ambientais fossem aplicadas no próprio município atingido”, acrescentou a Dr^a. Cíntia Ribeiro de Freitas, presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB/MG. O prefeito manifestou indignação com a Samarco, e disse que julga inadmissível que uma empresa retire durante 44 anos riqueza do solo de Mariana, e na hora de negociar indenização não chama o poder público para conversar. Foi preciso “ir atrás do governador”, para que uma parte da multa venha ser revertida para Mariana. O TAC foi concebido sem a participação dos atingidos, e sem a participação do município, concluiu o prefeito.

Assim fica demonstrada claramente a estratégia da empresa, para que possa instalar seus “modos operantes” que contempla terrorismo com os trabalhadores atingidos. Com o desemprego implantado, o desespero se instala em muitas famílias, sem formas de buscar os insumos básicos, que inclui alimentação. Há formas terroristas de organização do trabalho, e isso as empresas fazem muito bem, jogando com a vida das pessoas ao estabelecerem horários, salários, transportes, alimentação, e segurança conforme suas conveniências. Os trabalhadores viram reféns, sob uniformes e condicionados à obediência irrestrita aos ritos da empresa, desde a forma de deslocamento para o local de trabalho, horários e formas de alimentação até as formas mecânicas e repetitivas de operação de equipamentos. Sob o manto de organização, a

sociedade não percebe o funcionamento desse sistema aniquilador de vidas. A sujeição se dá em troca de emprego ou em troca de dinheiro para subvenção das necessidades básicas da comunidade. Enquanto a empresa paga advogados para defender a cúpula acusada de responsabilidade pelos crimes, os trabalhadores são convencidos a aderirem a um Programa de Demissão Voluntária, com conivência dos governantes e órgãos fiscalizadores. Instala-se a insegurança, expondo a condição de vulnerabilidade com que vive o trabalhador de mineração.

SUJEITOS E A SOCIEDADE

Judith Butler, em seu livro “Quadros de Guerra: a vida passível de luto” escreve sobre a “condição de ser reconhecido”. Diz ela|:

O que caracterizam “as condições mais gerais que modelam um sujeito para o reconhecimento – os termos, as convenções e as normas gerais “atuam” do seu próprio modo, moldado um ser reconhecível, embora não sem falibilidade ou, na verdade sem resultados não previstos”. (Butler 2016, pág. 20)

Relacionando ao estudo em questão, as análises de Butler consideram que categorias, convenções (exemplo de como o entendimento de um posicionamento do sujeito trabalhador na mineração de barragem e gerador de lucro para o sustento financeiro é representado no setor); e normas (como as normais sociais definem o papel do trabalhador na mineração) preparam ou estabelecem um sujeito para o reconhecimento, que é a primeira condição para o sujeito ser reconhecido. Categorias, convenções e normas precedem o reconhecimento dos sujeitos, para Butler. A qualidade para ser reconhecido não é uma qualidade ou possibilidade de indivíduos, então não parte dos trabalhadores determinarem para si o escopo e o significado da condição de serem reconhecidos. E esse é o problema, como citado no livro de Butler, pág. 20, “as normas operam para tornar certos sujeitos reconhecíveis”. Elas questionam se novas normas de reconhecimento são

possíveis no cenário social e comunicacional, como no caso dos trabalhadores, considerando as normas existentes. Como aprimorar as normas sociais, como as aplicadas no contexto pelo prefeito de Mariana, que defende e promove informação de que a mineração tem que operar, e os trabalhadores são reconhecidos como somente sujeitos sem vida, são somente funcionários e não sujeitos vivos, homens e mulheres constituidores sociais, mas apenas células do corpo econômico da cidade. Estas partes dos estudos de Butler servem para compreender nesse contexto a falta de reconhecimento dos trabalhadores como vítimas no contexto social, mesmos incluídos nas listas dos atingidos pelo rompimento da barragem.

Opiniões corriqueiras sobre causas do rompimento da barragem de Fundão geralmente não nos levam a conclusões. Discursos das falas das pessoas nas ruas de Mariana são tão discordantes, especulativos e inconclusivos, que somente esses discursos não poderão representar o suporte necessário para uma reflexão acadêmica sobre o assunto. A simples tematização do desastre acaba em divergência na maioria das conversas. A comunicação entre os sujeitos é base da interação entre diferentes comunidades e sociedades. O que é sujeito? Ser ou não ser, um sujeito trabalhador? Como definir essa mistura entre trabalho e pessoa, vida social? Quem define quem são essas pessoas – engrenagens de um processo ininterrupto de transformação de minério em riqueza? Quais os limites do ser humano que produz e não tem escape quanto às imposições da vida? Há o direito à liberdade de fala de expressão e de escolha de vínculos sociais? Qual o tamanho da riqueza a que tem direito os sujeitos, diante do lucro que produzem? Ficam os trabalhadores com os rejeitos? Nesta reflexão acadêmica, as vozes sociais são qualificadas com os documentos

cotejados pela justiça na argumentação processual da ação relativa ao acidente/crime da Samarco.

Escrevo como psicólogo de mim mesmo, que não consigo separar aqui diante dos fatos, o repórter, do trabalhador da mineração com ferro no sangue, como todos outros tantos, vivos e mortos. Os anos diplomaram minha consciência através dos enquadramentos que o mundo escolheu. Flanando pelas terras infinitas, aprendi que expressando algumas palavras, estas podem representar enfrentamento ao modo de pensar, diferente de outros. Minhas palavras são comuns, com humildade do conhecimento adquirido na vida, que inclui os estudos acadêmicos, posicionando opiniões e compartilhando conhecimentos de interesse público; assim considero. Não quero confundir ninguém com o próprio conhecimento que possui e respeito cada posicionamento diferente dos meus. Assim também reservo o direito de expandir minhas experiências com minhas palavras escritas e ideias como mineiro trabalhador das minas, nativo, “de cor”, sujeito rejeito brasileiro que sou.

Nunca imaginei que, ao escolher Jornalismo como opção de recomeço de vida, um fato como esse pudesse me colocar diante do meu maior desafio e desejo. Passei, como trabalhador, pela protagonista do evento mais terrível já corrido no nosso território, numa região que era vista como o novo “eldorado” brasileiro. O minério de ferro é o ouro que vemos alimentar a fortuna de um país, e todos sabemos disso. Sabemos agora o quanto a riqueza que desdenhamos por muitos anos, faz falta. Minério de ferro é ouro, ainda será por um bom tempo, temos que dever saber cuidar de nossa riqueza. Um dia antes do rompimento tudo estava normal, mantido o “status quo”, a jornada sobre a barragem em Fundão nos trabalhos de alteamento. Tudo autorizado e controlado; placas com nomes de governos, conselhos e órgãos federais. Dia quatro de novembro era um dia de

trabalho comum que todos foram para suas casas “normais”. Sempre fui consciente da política em torno dos trabalhos, organização, políticas, distribuição de riquezas entre patrões e empregados, controle de hierarquias.

Ninguém é história até que o tempo limite os fatos à existência de determinados sujeitos em torno dela. Entre Barão de Cocais e Mariana eram 16 horas, a estrada conhecida MG-129 ou Rodovia dos Inconfidentes por muito tempo foi de terra e bastante poeira ou barro. O trabalho próximo às minas de Alegria, Fábrica Nova, antes de passar o viaduto, onde os caminhões fora-de-estrada transitam acima. Seguindo em frente, olhando ao lado esquerdo, para fora do carro, via-se a barragem de Fundão abaixo das instalações da Samarco, Mina de Germano. Acima, a estação de bombeamento do produto final que é bombeado à tubulação subterrânea o minério “rico” para o porto de Ubu, no Espírito Santo. Outras várias tubulações de maior diâmetro, por baixo da estrada e ao longo do trecho entre estas minas, direcionavam todo o rejeito do processamento do minério de ferro das instalações, que eram despejados desde o início das operações em 1986, nas barragens de Santarém e Fundão. Rejeito assassino das barragens levou a vida de trabalhadores que se viram revolvidos pelos rejeitos que se evadiram da barragem.

Os inúmeros caminhões trabalhando sobre a barragem de Santarém e Fundão pareciam vistos de cima pequenos, de brinquedo. São caminhões enormes e só percebemos quando cruzamos com eles na estrada. O chão treme nos redutores de velocidade colocados próximo da empresa. Por segurança afirmam que precisam reduzir a velocidade dos veículos, ao lado de caminhões com mais de 35 toneladas. Há pouco tempo os veículos passavam ao lado de imensos fora-de-estrada pela rodovia. Já demonstrava potencial risco de acidente o trânsito de veículos leves, carros, ônibus, motos próximos de pesadões com mais de

80 toneladas. Têm trânsito permitido somente nas áreas de Minas, áreas de produção onde os riscos são altos, que exigem treinamento para os motoristas. Nos redutores velocidade ao passar pelos caminhões na estrada, o carro balança, é inundado de poeira, proveniente do vento que arrasta da barragem o rejeito seco que é espalhado no ar. Quando chove é transformado em lama e promove mais dificuldades ainda.

Transitar pela MG 129 é percorrer pistas de uma mina, em via pública, são monstros com milhares de toneladas nas áreas urbanas. Muito útil para as mineradoras, ruim para a população. Assim como acontece no Anel Rodoviário de Belo Horizonte até a Via do Minério, que o próprio nome já explica que é área de mina, na BR 040 entre Congonhas e Conselheiro Lafaiete. Nesse dia em que eu preenchia minhas esperanças, olhando o trabalho de muitos companheiros que mal percebem a própria significação naquele cenário, como sujeitos construtores de uma riqueza, eu imaginava minha resistência como um técnico em mineração, descoberto como os mineiros, assim como muitos trabalhadores à procura de ricas jazidas, para enriquecer patrões (jamais vistos) em troca do sustento da família, sujeitos a riscos listados em um manual de procedimentos, já esquecido na gaveta, e substituído por movimentos mecânicos e repetitivos nos turnos de trabalho.

A história de construção de uma civilização só é contada no futuro, o meio é o presente. A tinta está na atualidade das ideologias envolvendo os fatos que são ditados nos dias que se passam. Podemos colocar uma letra numa ou outra palavra, mas a frase completa só é escrita pela composição com outros que acrescentarão suas letras, formando diversas palavras, dando sentido às frases. O texto só estará pronto, quando conseguirmos equilibradamente dar sentido à oração composta em conjunto com os outros escritores que participam da

circunscrição biográfica de nossas vidas solitárias, no sentido de ser nossa, e solidárias abrangendo o comum, a comunidade. Como sujeito que tento escrever uma história, sinto-me responsável pelas palavras que, aspirando comunicação social, encadeio e lego para o futuro, nada mais.

Nesta região está o berço da história mineira. Não é necessário atingir a intenção de Diogo de Vasconcellos de considerar a história social de Minas Gerais (Mariana), como história da civilização mineira (1927). A maioria de nós nascidos nessas terras mineiras, em Mariana e Ouro Preto, somos pardos ou negros. Sem memórias, desvalorizados por alguns brancos que aqui sempre chegam com suas bandeiras, de todas as cores. Populações de trabalhadores sobreviventes da extração mineral são vítimas de uma desigualdade social predominante no macro ambiente social em que vivemos, onde é dito que o “mais é melhor, e o muito é bom”. Resultante do desenvolvimento que a mineração desencadeia, o sistema social dominante não permite ainda que alguns grupos de pessoas possam usufruir de riquezas que a mineração proporciona. Isso é resultante do predomínio de culturas dominantes não civilizadas, que são menores, porém visíveis e usam a força, a violência, seja física, mental, cultural, educacional, oprimindo populações desprovidas de escolarização e voz.

Até hoje ainda somos na região de Mariana e Ouro Preto de maioria parda e negra. Somos de uma civilização sem ufanismo, comum dos brasileiros, de pouca instrução das letras, da cultura filosófica e do conhecimento histórico e literário, embora as escolas universitárias de Farmácia e de Engenharia tenham aqui chegado ainda no século XIX. Somos povos de cidades antigas capitais do império e células mães do Brasil. Como escreveu Carlos Drummond de Andrade: “Ser Mineiro é não dizer o que faz, nem o que vai fazer, é fingir que não sabe aquilo que sabe, é falar

pouco e escutar muito, é passar por bobo e ser inteligente, é vender queijos e possuir bancos”. Porém a riqueza mineral que produzimos transpassa as montanhas e atinge outros povos. Muitos outros povos vêm aqui buscar e explorar nosso conhecimento e nossa riqueza. Aqui se desenvolvem, tomam da água com ouro e sentem o gosto da nossa terra. Essa terra de construção e reconstrução é circunscrita pela ação exploratória que interfere na natureza e, em consequência, exploratória de homens...

No dia 05 de novembro de 2015 eram por volta de 16 horas e 15 minutos da tarde e eu chegava à minha casa, voltando do Sistema Nacional de Empregos o SINE de Mariana, até consegui uma carta para entrevista, para a qual nunca me chamaram. Uma vizinha me viu e estava muito assustada com a porta de sua casa aberta. Ela via a televisão, enquanto eu passava pelo Beco onde moro. Ela me mostrou a imagem que não sairá jamais da minha cabeça. Um rio de lama já cobria o Bento, e o vale onde inicia o Rio Doce inundado, quando ouvi que a barragem rompeu estremecei; inacreditável! Os helicópteros dos bombeiros e das tevês já sobrevoavam o distrito de Bento, e as imagens do local chegavam ao vivo pelo plantão do MGTV noticiário da rede Globo. Após dezesseis anos de trabalho na mineração, iniciados aos quinze de idade, um ciclo encerrou-se para mim, sem eu saber. Eu me vi imerso dentro daquela imagem saturada em todos os sentidos, desde a água com os rejeitos que se tornou “lama”, desde a lama com os “sujeitos rejeitos”, esses que depois do rompimento revelam-se, pois até então eram apenas crachás. Por anos a barragem era de onde, trabalhando, tiravam o sustento da família, a mesma que sepulta trabalhadores, igualmente rejeitos como aqueles que depositavam na barragem.

Uma funcionária atingida da comunidade, protagonista e testemunha dos fatos, mostrou a corajosa mulher que é, enquanto trabalhava na empresa terceirizada

da Samarco “Brandt”, com a produção de mudas que serviam para o reflorestamento. Junto com a sua moto são protagonistas heroicas, mesmo diante desta tragédia para ela, sua família e toda a comunidade. No seu depoimento, consta na Denúncia Final Compilada, atesta que não foi feito nenhum treinamento com a comunidade em casos de situação de emergência, e havia uma preocupação constante da comunidade que sempre perguntavam à empresa que informavam que não havia nenhum risco. Relata que não havia nenhum meio de comunicação da empresa com a comunidade em caso de emergência. Nesse caso o Ministério Público chama atenção dentro do item que diz respeito aos qualificadores dos homicídios: da impossibilidade e dificultação de defesa das vítimas devido à inoperância (inexistência de sirenes ou outro tipo de comunicação com a comunidade em caso de risco). Somente seis meses depois do desastre da empresa é que promoveram junto à comunidade treinamento de simulação de emergência em caso de acidente, o que poderia ter salvado muitas vidas, destaca o Ministério Público.

A heroína, de fato assim declarada várias vezes, viveu no Bento desde seu nascimento, cresceu e morou ali. Ela trabalhando tinha, posso dizer, a barragem como algoz. Mesmo antes disso acontecer, ela e outros moradores antigos tinham medo de rompimento, mas acreditavam nos trabalhos de prevenção da empresa. Supõem, no entanto, que a gerência da empresa sabia dos riscos, mas estavam ampliando a área de armazenamento de rejeitos. Comprova-se o despreparo da empresa, como disse no depoimento Wagner Milagres, que após receber o comunicado, encontrou-se com Germano Lopes, outro acusado, e se dirigiram para a barragem; somente depois de confirmarem visualmente o desastre, promoveram o seu plano emergencial, avisando a defesa civil, prefeitura e demais órgãos competentes, depois a comunidade. A motoqueira

do Bento ouviu pelo radiocomunicador da empresa, pegou sua moto e foi avisar as pessoas imediatamente que a barragem rompeu. Ela não conhecia nenhum plano de contingência da empresa, de emergência de risco e nem foi preparada para tal fato. E ainda não detinha conhecimento técnico nenhum de como proceder em caso de rompimento da barragem. Fato é que a barragem já estava rompida. Há muita diferença entre os que estão acima da barragem dos que estão em cima (trabalhadores) ou abaixo dela (moradores do Bento). Os assistidos da empresa sempre acima da barragem e seus privilégios e advogados caríssimos pagos pela empresa criminosa. Quando a trabalhadora já estava no Bento salvando vidas, eles gerentes se questionavam mesmo já tendo ouvido no rádio. Enquanto as pessoas lutavam por suas vidas, os “ingerentes” decidiam como avisar, se avisar.

Outro trabalhador acidentado, sobrevivente, deu depoimento esclarecedor e chocante, que consta no relatório final de análise do acidente, emitido pela Superintendência Regional do Trabalho de Minas Gerais (SRT/MG), ele foi testemunha ocular do acidente. Seu nome consta no relatório que é público, mesmo assim aqui o nome de todos os trabalhadores serão preservados, por respeito às vítimas. Desta forma chegamos a esclarecimentos, permitindo aprofundamento do tema sem constrangimento, sem opressão. Este trabalhador que foi acidentado e quase engolido pela lama, para iniciar sua jornada de trabalho às sete da manhã, como os de Mariana deve acordar por volta de cinco e meia da madrugada, para sair de casa a tempo, tomar um café (alguns nem tomam), ir para o ponto de ônibus e viajar até o trabalho. Participou do Diálogo Diário de Segurança que é uma reunião com todos os trabalhadores, geralmente há um rodízio e a cada dia uma pessoa apresenta um tema em uma roda de conversa com todos. Durante uns quinze minutos todos

refletem sobre a importância da segurança do trabalho, conscientização necessária que pode garantir o retorno para casa de todos os trabalhadores, porque trabalhar em mineração é estar exposto a altos níveis de risco de vida no trabalho atualmente.

O acidentado, trabalhador atingido diretamente pelos rejeitos – que socialmente o constitui – pela falta de informação por parte dos superiores de que havia problemas na estrutura, e que podia sim romper; trabalhava sobre ela, pois ignorava que não era feita fiscalização técnica eficiente dos órgãos competentes como CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura), vereadores, DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), para conseguir detectar informações antecipadas dos riscos de rompimento. Técnico de Planejamento trabalhava na inspeção da barragem e realizou essa tarefa no dia e tudo estava normal, mas como descreve o relatório do acidente, às 15h20 minutos, (...) “após inspecionar o dique auxiliar da barragem de Germano, Sela e Selinha, dirigiu-se para a crista da barragem de Fundão, quando sentiu o carro sacudir, e não tinha como continuar em frente. Saiu do mesmo e correu, foi apanhado pela onda de rejeitos, onde ficou num redemoinho por mais ou menos quinze minutos, engoliu lama. Descreve que o redemoinho se deslocou para o centro da barragem, e ele conseguiu subir o terreno natural, onde ficou por mais ou menos uns 40 minutos. Passou mal (vomitou), mas foi avistado por trabalhadores que o socorreram. Foi levado para o hospital Monsenhor Horta em Mariana e liberado à noite. Mas no outro dia foi hospitalizado em Belo Horizonte no hospital João XXIII, permanecendo por 6 dias, até a recuperação”. Esse trabalhador é sobrinho de um mecânico com quem trabalhei na Vale. Esse trabalhador, nesse testemunho, contou essa história sobre o sobrinho que passou por esse acidente. “Renasceu.” Ele disse.

Um motorista de veículo que transportava trabalhadores para fazerem acompanhamento do controle de água no interior da barragem, que deveria estar correndo pelo fundo do corpo do depósito, através dos drenos e galerias existentes, contou o drama que passou, meses antes da diluição total da barragem. Enquanto se preparavam para uma sondagem (trabalho de perfuração que rotineiramente é feito com objetivos diferentes, penetrando um tubo de aço através de dispositivos mecânicos possibilitando descobrir em qual profundidade a partir da superfície para o interior do depósito de rejeitos encontravam água), os equipamentos mecânicos compostos de hastes, suportes, correntes, broca, tubos, um tripé de grandes proporções, todos afundaram totalmente, mergulhando na barragem e quase totalmente desaparecendo. A própria caminhonete que ele dirigia começou a afundar na lama, que já era percebida na superfície de forma anômala. Como ele percebeu isso a tempo, alertando os colegas conseguiram salvar o veículo e suas vidas. Este fato demonstrou que havia um nível perceptível de liquefação dos resíduos acumulados naquele local, que deveria estar bem mais sólido, já estava acontecendo. Esse fato aconteceu e foi relatado um mês antes do rompimento da barragem. Nesse ínterim, não há notícias de providências por parte da equipe técnica de controle da barragem.

Enriquecedora a palestra de Ailton Krenak na noite de 14 de setembro de 2016, na UFOP em Mariana, no auditório do ICSA, mediado pelo coletivo *Um Minuto de Sirene*, com o Tema: 314 dias de Samarco. A palestra proferida por um índio, trabalhador também, morador de terra atingida diretamente pelo desastre da Samarco. Lembrou o cenário da tragédia ocorrida em Mariana e possibilitou aos presentes encontrarem novas reflexões sobre o nosso real envolvimento com o meio ambiente. “Ambiente como um todo é onde vivemos”, foram algumas

das sábias palavras proferidas pelo Doutor Honoris Causa e professor da Universidade Federal de Viçosa. Disse Ailton que somos humilhados por uma ideia colonial de que temos que ser imitação dos povos que aqui vieram. Ainda buscou provocar nos presentes pensamentos para que possam “encontrar outras formas de desenvolvimento sem ser esta à custa da natureza”.

Citando Carlos Drummond de Andrade, Ailton enfatizou que precisamos ter voz e buscar sempre lutar e levantar nossa voz. “O poeta morreu de tanto gritar numa ilha de surdos”. Para nós estudantes universitários, alguns que não são da região, mesmo que não atingidos diretamente, devemos levar às novas e futuras gerações informações que jamais permitam que essa tragédia seja esquecida, referindo-se ao desastre da Samarco. As empresas “usurpam o nome do Vale do Rio Doce”, importante região no interior de Minas Gerais, referindo-se ao local onde nasceu no médio Rio Doce. Essa região onde nasceu foi atingida pela derrama de material tóxico, “a lama que comeu o corpo do rio”, disse ele ainda que “roubaram nossas paisagens”. “A ostensiva presença da Cemig, da Vale, Samarco e o governo de forma conveniente, o papo furadíssimo de desenvolvimento sustentável, isso é o que as corporações fazem e atuam no meio das comunidades, vivemos uma servidão voluntária, são pessoas que dominam nossas comunidades”, acrescentou.

Comparou as comunidades que se julgam dependentes da mineração como os burros que oferecem o pescoço para colocar a cangalha. “Você fica viciado e quando tiram você pede para colocarem de novo”. Para ele, todos querem virar comunidade urbana, e acham que é legal “comer pacote”. Esses da comunidade urbana não vão se preocupar, quando matarem um rio, roubarem nossas paisagens.

Os Krenak são os guardiões do rio, WATU como chamam o Rio Doce. “Como pode ter uma aldeia de 120 famílias que não pode tomar banho no rio? Não podem beber água do rio?” A comunidade agora recebe água através de caminhões pipa que por duas vezes na semana abastecem suas caixas d’água, e recebem garrafas de água mineral para beberem. O que antes era floresta virou madeira para os dormentes da estrada de ferro, lenha para as caldeiras das máquinas. Devemos lutar contra, porque as empresas vão sublimando, pasteurizando nossa história, essas pessoas que ganham dinheiro assaltando a paisagem. “Nossas riquezas minerais são transformadas em farelos e mandadas para o mundo”.

“Por que a gente não descobre outras coisas para fazer aqui nas Gerais?”, perguntou o nativo, referindo-se à nossa maior alcunha “mineiros”; por que só sabemos minerar? “A mineração deita e rola, porque temos um povo que gosta da mineração, que adora minerar” só sabe garimpar, questionou ainda que somos mineiros e não “geraisenses”, ou “mineiro-geraisenses”. Isso tem a ver com nossa forma colonial de ver as coisas, e como somos apropriados por nossa utilidade como fonte de exploração que é a mineração, somente nossa função de minerar é que nos nomeia. Somos apropriados como somente “mineiros”. “Somos uma união de povos que se encontrou em um mundo plural ele explica”. Salientou ainda que mesmo após a derrama tóxica sobre o rio “não vão passar o rodo nas nossas comunidades, pois sabemos quem somos e de onde viemos”.

“O Rio Doce não morreu, mas está em coma, talvez não encontremos mais a paisagem que nos foi roubada, antes de ir para a torneira a água vem das nascentes”. Ailton Krenak, um homem simples, humilde, sabidamente exclamou palavras que devemos seguir. Palavras que servem para inspirar novos sentimentos e possibilidades de

reflexões que possam gerar transformação no mundo. Um sábio que nos trouxe muita experiência de vida para que possamos evoluir e prolongar a vida.

Sérgio Alvarenga de Moura, 53 anos, Técnico de Manutenção Eletromecânica, é trabalhador da Samarco Mineração há 32 anos, se sente muito “indignado” com a postura da empresa com relação aos funcionários. Desde a tragédia os funcionários se dedicaram ao máximo, fazendo funções diversas para atender as vítimas. Sérgio é Diretor do Sindicato Metabase-Mariana e falou como a promulgação do P.D.V. foi recebida pelos trabalhadores. Em entrevista concedida em 2016, ele diz que para o Sindicato não havia necessidade dessas demissões, e que a empresa poderia sim estar absorvendo essa mão de obra até ela voltar a operar normalmente. “Tentamos negociar novamente, e mais uma vez ela nos surpreendeu, falando que não tem jeito, tem que demitir mesmo”. Moura diz ainda que não restou alternativa, a não ser estudar o P.D.V (Plano de Demissão Voluntária). Não acredita que os trabalhadores irão conseguir recolocação no mercado de trabalho diante do cenário econômico do Brasil. Para ele “um caos maior ainda será instalado em Mariana porque a empresa não voltará a operar de imediato”.

O REJEITO

A barragem não é de lama, nem de rejeitos, mas feita de sujeitos, esses (nós) indivíduos civis, seres humanos. Mesmo quem não trabalhava presencialmente na barragem, operando algum caminhão, carregadeira, mecânico, soldador, estava envolvido na rotina da empresa, sendo produtor de verduras, legumes, leite, para alimentar os trabalhadores, construtores das casas dos trabalhadores, cuidadores dos filhos enquanto estavam na empresa, ou simplesmente vivia ao longo dos rios atingidos pela lama. A barragem era de vidas que laboriosamente naufragaram juntas, morreram. Já muito disseram sobre isso. Quanto de vida a Samarco usou para construir essa barragem? Como jornalista eu questiono. São muitos anos de exploração de tempo de vidas das pessoas em favorecimento de lucro de grupos empresariais. Distante da capacidade, da maior parte de nós, de mensurarmos quanto vale o minério, está a condição de avaliar o valor das vidas que se entregam para explorá-lo. Pode ser que para alguns não esteja ainda bem clara a omissão dos capatazes dos acionistas. A negligência dos capitães do mato coligados a políticos infiltrados nos órgãos fiscalizadores dos governos municipais, estaduais e federais. Queria saber se governos querem isso para suas populações, descobrir se são grupos, pessoas, outros países, por onde começar a investigar. Os trabalhadores permanecem invisíveis à justiça do trabalho e distantes da equidade da aplicação das leis que, com sua retórica, dificultam a aplicação de penas a poderosos e produzem milhões de injustiçados neste país. As empresas então prosseguem produzindo descaso, refutando todas as ações da justiça; inclusive, impondo condições aos já expulsos de

suas casas. O tempo de vida no trabalho e na comunidade, cultivando a vida com anos experientes que cada um constrói jamais deveria ter preço em dinheiro, como é para empresários na mineração.

Há engenheiros e chefes, mas o trabalho de campo é desenvolvido por técnicos. Para constituir um Técnico em Mineração na nossa região não é tão fácil quanto parece. Para muitos empresários, a atividade dos técnicos é apenas um dispositivo na engrenagem da força de trabalho. Essa desvalorização do técnico gera alta rotatividade desses profissionais e dispensas de excelentes profissionais em nome do menor custo de produção.

Iniciei, como muitos colegas, minha vida de mineração no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) em curso patrocinado pela então C.V.R.D. (Companhia Vale do Rio Doce) em Itabira, cidade de Carlos Drummond de Andrade. Quinze anos de idade e muitos sonhos. Iniciantes são garotos homens trabalhadores, com o sonho de fazer carreira e adquirir bens materiais; aqueles vistos desde mais novos nas casas dos colegas em que os pais (bem remunerados) trabalhavam nessa empresa ainda estatal em 1991.

A MÍDIA

O reconhecimento social é constitutivo da construção de sujeitos. Conversei entrevistando muitos trabalhadores da mineração, colaboradores na barragem que rompeu. Muito anônimos, e assim permanecerão, pois não tenho como alimentar com nomes os sujeitos que pretendo descrever. Estão inseridos em um fenômeno comunicacional definido como “espiral do silêncio”. Construíram-se e desconstruíram-se diuturnamente em seus apagamentos, escondidos sob EPIs e ocultos atrás de crachás. Muitos permanecerão em silêncio mesmo depois de destituídos de EPIs e crachás, na esperança de um dia poderem retornar a postos de trabalho que poderão ser oferecidos, se a empresa retomar suas atividades. Não ocorre nos depoimentos uma singularidade que resuma uma pluralidade, demonstrando conclusão e definição em torno do tema: rompimento da barragem. Alguns preferem não colocar seus depoimentos em um livro, nem seu nome. Muitos trabalhadores não têm permissão de dar entrevistas; eles escondem sua opinião, enquanto sua voz é oprimida pela realidade.

Para a Teoria da Espiral do Silêncio (NOELLE-NEUMANN, 2017), o que importa é a opinião dominante, que tende a ser transferida para os meios de comunicação, influenciando na opinião pública. Para essa teoria a opinião pública é muito importante, pois ajuda na manutenção do silêncio das ideias. As pessoas tendem a ficar em silêncio caso tenham uma opinião divergente da dominante. Segundo essa teoria a opinião individual, quando manifestada, que vai contra opinião da maioria, logo é isolada.

Nas pesquisas de campo, buscando entrevistar trabalhadores da barragem, ouvi que não podiam dar entrevistas. Outra funcionária da prefeitura inclusive disse “tenho que manter meu emprego”, referindo-se ao fato de não falar sobre o crime da barragem, isto aconteceu um ano após o rompimento. Buscando identificar e conversando com muitas fontes, percebi um isolamento e até repressão aos trabalhadores que estavam calados em relação ao Plano de Demissão Voluntário da empresa Samarco. Enquanto setores organizados da sociedade buscavam defender as demandas dos atingidos, poucas oportunidades eram dadas às opiniões contrárias às pregadas pelos meios de comunicação oficiais das empresas, do governante da municipalidade, que discursavam em prol da retomada das atividades da empresa. E assim a massa trabalhadora da mineração permaneceu sem voz, oprimida e silenciada. Trabalhadores estão implicados na espiral do silêncio imposta pela empresa, pela mídia, pela própria sociedade. Esses indivíduos são mão de obra e somente números numa escala de posicionamento social. São expostos à morte, têm valor em dinheiro agregado ao custo de produção e a vida dedicada, silenciosamente, ao trabalho. Por representar peça de engrenagem exploratória (comodities – minério – mineroduto – porto), não propicia evolução de condição social e não resulta em caminhos para a evolução tecnológica.

Moura-Paula e Ferraz (2013), em seu ensaio silêncio organizacional, concordam que a divisão entre superiores e subordinados e a hierarquia criam obstáculos à comunicação, mas observam que o controle para garantir a produtividade e a busca pela "harmonia administrativa" impede que conversas francas ocorram. Segundo os autores, tudo o que é dito já vai entremeado de silêncio devido à própria regulação que as organizações fazem sobre o que deve ou não ser falado. Para os autores, o clima de

silêncio está relacionado ao fato de gerentes e supervisores, ao reproduzirem o discurso da cúpula da organização, engendrarem relações de superioridade e correição perante os demais empregados:

A posição privilegiada da cúpula dificulta a comunicação, uma vez que ela pode unilateralmente dizer o que é ou não digno de ser levado em consideração: ela é a possuidora da comunicação livre na organização. (Moura-Paula & Ferraz, 2013, p. 10).

A imprensa profissional nos meses seguintes à ocorrência do rompimento da barragem passava a dar publicidade a vozes do Ministério Público de Minas Gerais que formulavam denúncia de crime da barragem de Fundão, o que afastava a possibilidade de acidente ou desastre. Jornais alternativos e mídias sociais já falavam em crime desde os primeiros dias após a ocorrência do rompimento da barragem.

Pretendo neste trabalho demonstrar “reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos”, conforme expõe Lima, 2009, na página 26.

Durante os meses seguintes ao rompimento, uma manifestação promovida pelos atingidos e o coletivo *A Sirene* nos dias cinco de cada mês rompe o silêncio da cidade. Em um horário simbólico, 16 ou 18 horas, é tocada uma sirene em alto som que ecoa pelas ruas de Mariana. Longe do Bento Rodrigues, mas é como se viesse de lá o som. É um alerta às pessoas, passando nas ruas pra lá e pra cá, para que reflitam sobre as imposições capitalistas que exigem produção, mesmo que em meio à lama. Mas entre ir e vir, todos escutando o som agonizante das almas que a sirena agrega, ouvimos nós mesmos, perguntando e

respondendo, o que vai ser de nós? Aparentemente é o que senti nas muitas vezes em que participei. Como se o Bento fosse aqui mesmo na cidade; os monumentos estivessem todos derrubados pela lama, as pessoas mortas, ou andando encobertas de lama, “zumbis” de lama.

No dia 05 de julho de 2016 na Praça da Sé em Mariana o 8º Minuto de Sirene, promovido pelo coletivo *A Sirene*, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), com a participação dos atingidos pelo desastre da Samarco, o ato começou por volta das 18h00. Um dos organizadores, Kleverson Lima, disse que “é claro que a empresa não fez isso por vontade própria, mas assumiu o risco de acontecer, com uma série de medidas tomadas, que foram questionadas por meios internos”. Lembrou sobre a investigação, ainda em curso, do ministério público. A conclusão que se apresenta não ser diferente é de um crime culposo por parte da Samarco, no qual não há intenção de se fazer, mas corre-se o risco de se fazer, de acontecer. A Sirene passou de um sinal simbólico de um aviso, para um sinal de cidadania, chamar atenção para esse fato, essa tragédia. Criar canais para que os atingidos possam ter direito a voz, possam se comunicar. Para sabermos como está sendo o processo da adaptação deles aqui na cidade. Esse ato simbólico acontece todos os dias 05 do mês, lembrado o dia do mês quando rompeu a barragem.

A participante do “Fórum Acolher” e do movimento “A sirene”, Lucimar Muniz falou sobre as demissões e as circunstâncias da volta da empresa. Não é a favor do desemprego e deixa claro que a culpa não é dos atingidos, mas é uma consequência da série de determinações judiciais que a empresa sabe que tem que cumprir, e estão pendentes. Documentos comprovando a segurança das barragens. Até a entrevista que aconteceu oito meses após a tragédia não foram apresentados. Acrescenta que “o fato é que não somos nós que queremos Mariana no caos, é a própria

empresa, do modo intransigente que ela tá. Ela quer fazer as coisas do modo dela, pronto acabou”.

Maria Clara Celestino Souza, 61 anos, Marianense, comerciante há 43 anos, tem pessoas próximas como o Sr. Filomeno, morador do Bento, que é seu cliente antigo. Ela considera a “perda humana muito triste, perder seus bens, sua casa ou o que for, além de toda amizade adquirida ao longo de muitos anos, não gostaria de ter passado por isso”, disse ela. No comércio ela teve redução de suas receitas, acredita que melhorias devem estar sendo feitas pela Samarco e que a empresa está fazendo suas obrigações. Maria Clara sempre ia à Bento e tinha muitos amigos, sente muita tristeza e reza muito para que as pessoas possam passar rapidamente “por esses sobressaltos da vida”. Ela vê pela mídia que a Samarco está tentando fazer o que é melhor para o Bento. Considera que os funcionários e a própria Samarco passam por muitas dificuldades. Muitos funcionários nesse dia aceitaram o P.D.V. (Plano de Demissão Voluntária). Ela concorda com o movimento Um Minuto de Sirene e acompanha com muitos bons olhos. Sempre manda energia positiva para eles e “assina embaixo”, disse ainda que a população “deveria participar mais e encher a praça que é muito grande”.

José, Pedro, Antônio, Luiz, Moreira, Dias, Arlindo, Gomes, Domingos, Silva, Gonçalves, Oliveira, todos trabalhadores da mineração, há mais de quinze anos, muitos começaram no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), das empresas mineradoras SAMARCO, CVRD (Vale), SAMITRI (comprada pela Vale) ALCAN (Hindalco), muitos funcionários das empresas envolvidas no acidente são de mesma origem trabalhadora e humilde. No dia do acidente cada um executava sua função normalmente, operando equipamentos de instalação na usina, planejando manutenção mecânica e projetando serviços, determinando índices e metas para o controle de

qualidade e fiscalizando as operações, operando equipamentos móveis nos pátios, visualizando a usina remotamente via sala de controle e controlando parâmetros do processo, mantendo mecanicamente os britadores em perfeito estado, acionando alavancas num silo de armazenamento de minério para abrir e fechar enchendo vagões de minério, operando equipamento de carga para remoção manual de minério (mais conhecido como pá), operando locomotivas diesel-elétricas de mais de quatro mil cavalos de potência, puxando mais de oitenta vagões e aproximadamente sete mil toneladas de minério de ferro, produto final para exportação nos portos. Quando a barragem rompeu, não sabiam do acúmulo social de ignorâncias, apenas preenchiem um espaço condensado pelo homem, um amontoado de micro granulados de rejeitos do rico minério de ferro valorizado que foi no vagão. Uma barragem análoga rompeu-se na sociedade deixando uma fratura inesperada, mas feita por uma navalha, cirurgicamente precisa no corte social na veia artéria do pescoço social, no olho que vê e não enxerga os valores dos trabalhadores que depositaram suas vidas inteiras, nesta mesma sociedade. Suas esperanças, seus anseios, suas forças laborais a favor do que não ficou acumulado para todos, que é o lucro do rico minério, esse foi para fora de nossas mãos, como num vagão de trem, depois num navio, até vermos nossa riqueza capitalizada sendo direcionada para o exterior. Com os altos índices de dividendos das empresas sendo apreciados pelos acionistas, desfrutaram então da riqueza oriunda da sua iniquidade para com os trabalhadores. Fato concreto, mas obscuro e incompreensível para os que precisam trabalhar.

Tal como precisam trabalhar o discurso desses trabalhadores citados convergem-se numa opinião concebida eu que considero como racional factual. “Nós todos precisamos trabalhar, e a mineração é a melhor opção

de emprego, e não há outra saída senão a empresa voltar”. Alguns trabalhadores da Vale e Samarco, por exemplo, citam o “enorme” benefício ambiental que os investimentos financeiros das mineradoras na região de Mariana já trouxeram. Informações oriundas de uma maciça campanha publicitária que estas empresas sempre aproveitaram nos grandes meios de comunicação em massa. As empresas sempre investiram na aplicação das normas alegando porque isso aconteceu foi um acidente e foi muito discutido por trabalhadores, que eu presenciei, participei de vários debates.

UM CRIME QUE NÃO SE ACABA

Esta barragem cheia de horas de vidas acumuladas, ou rompida sem vida não é feita, construída de rejeitos, ela é da sociedade que vivemos. É como uma piscina cinematográfica, abstrata, mas imensa, que representa a realidade social compreendida em um determinado meio, considerando a relação entre as pessoas, como se identificam, como são sujeitos. É uma barragem de mulheres e homens trabalhadores, resignados com suas vidas, alguns acomodados em suas casas, que entregando seu corpo a outros que comandam, deixam no suor fisiológico que produzem no labor, o meio social, ou a mesma razão social, sobrepõem à capacidade criativa da mente imaginativa com alternativas de produção que não destruam a vida, a natureza, o meio ambiente. A possibilidade de outras formas de trabalho e produção de riqueza para sobrevivência fica submissa. A indústria do capital que corrompe os donos do negócio que imaginando serem donos da verdade e das imposições humanas destituem os menos privilegiados do poder de decisão. Calados, um silêncio social da razão, composta por tantas necessidades de progresso “vamos todos na mineração” (precisamos trabalhar), ao trabalho novamente construir mais uma barragem que pode destruir continuamente outras vidas que lutam invisíveis no mundo, como os animais, a vegetação que transpassa nosso tempo de vida, o Rio que é um ser vivo, e gerador de vidas, germinador. Outras inúmeras nascentes e cursos de água estão continuamente morrendo devido às mãos dos seres que são considerados

racionais. Mas quando tiveram o poder de decisão de interromper um acidente em andamento, vendo que um iminente desastre, caracterizado como tragédia, que precedeu vários crimes contra a vida, deixaram que acontecesse, foram coniventes: os trabalhadores (que seja claro os que são tomadores de decisão, acionistas, diretores, gerentes), a sociedade através do comércio que regozija com os lucros do trabalho, os governantes locais até os níveis nacionais, em todas as instituições, órgãos fiscalizadores omissos. Mas além desses todos e principalmente os empresários donos do capital.

Só penso que pela dignidade humana, pelos direitos humanos, inclusive direito ao trabalho digno, não o trabalho escravizado que é a mineração, indústria extrativista, primária; pela alma dos que morreram nessa tragédia; maior tragédia ambiental do Brasil, senão do mundo porque destruiu um rio inteiro! São 600 km de rio MORTO! Pelas pessoas que morreram todo respeito, que Deus acolha-os e conforte a família! Trabalhando dentro de sua ferramenta de trabalho, tentou virar o caminhão para fugir, mas morreu, ainda chamando socorro pelo rádio. Por isso tudo que aconteceu "PENSO" que se não conseguirmos, nós sociedade, estabelecermos melhores relações com estas empresas, leis que forneçam à sociedade, ao poder público, gerirem e transformarem o lucro dessas empresas em retorno REAL. Para nossos hospitais e postos de saúde, termos médicos, consultas em tempo hábil, remédios. Termos hortas orgânicas públicas para todos, escolas fundamentais, básicas, técnicas, superiores, com TODA INFRAESTRUTURA esportiva, ocupacional, terapêutica, acadêmica! Professores capacitados e bem remunerados! Nossos rios e nascentes, nossa água com controle da sociedade, do poder público. Saneamento básico totalmente adequado às nossas necessidades. Projetos e oportunidades para trabalharmos. Isso é o que precisamos. Investimento

que vai dar mais retorno, crescimento e evolução pra sociedade. Podemos sim acabar com a desigualdade distribuindo o lucro para o bem de todos!

Coisas que bem elaboradas podem salvar Mariana. A Samarco tem ótimas pessoas, ótimos profissionais. Estas coisas já poderiam estar sendo feitas. FEITAS MESMO! NA REAL! AQUI EM MARIANA! EM TODOS OS DISTRITOS! EM ANTÔNIO PEREIRA, tão perto da Samarco e tão abandonado. Não venha a empresa se vangloriar de números de investimentos feitos aqui ou ali, são investimentos bons, mas não são suficientes, alguns até para ajudar campanhas políticas. É mesmo, sem mais demagogia porque estou cansado de ver investimento social virar plataforma política. Sempre tem um candidato em algum investimento social das empresas em geral. Além do mais não basta seguir as regras e normas e leis, é preciso aprimorá-las e muito, para atender as necessidades da sociedade, inclusive dos funcionários, públicos ou privados.

Coloquem os funcionários da Samarco e Empreiteiras pra trabalhar, começando com máquinas limpando todo o córrego do “Matadouro” até lá na “Ducha”. As empresas pagarão por isso, depois limpem o córrego e lago do “Cristal”, ao lado do lixão, com infraestrutura para pessoas e crianças irem com pista de bicicleta, da rodoviária até no cristal. Depois aumentem a pista de bicicleta até o matadouro. Depois limpem e urbanizem de novo a “Serrinha” (façam poços e captem a água para cidade mais pra cima, tem jeito!), façam uma pista de corrida e bicicleta até lá. Façam calçamento até na serrinha com asfalto feito com a lama dos rejeitos. A UFOP já tem projeto para isso, tijolos e asfalto com rejeitos de mineração. Incluam a “Bombaça” que também será outro passeio para a cidade. A sociedade vai agradecer demais. Coloquem os profissionais para fazerem isso aqui. Depois

mostrem isso para o mundo! Vendam isso! Consertem esse mundo! Façam isso no mundo todo! Onde precisar! Ainda dá tempo de salvar o planeta! Salvar nossas almas inúteis.

Os hipócritas da "sociedade" (são os governantes que só aparecem nas tragédias pra defender empresas, já NÃO REPRESENTAM e não conhecem o povo, não respeitam, não tem controle e sim irresponsabilidades acumuladas, não servem com o propósito ao povo, são EMPRESÁRIOS), podem se manifestar a favor do sistema, mas eu acredito em transformação social, precisamos acreditar ter fé e temos que lutar!

O tempo de construção da BRF (Barragem de Rejeitos Fundão) é então o mesmo tempo social de vidas acumuladas só que de agora para o futuro, de vidas sem uma construção. Comparando o que definido como tragédia pela memória, como crime pelo testemunho, como desastre pela verdade (nota de rodapé: “Ricoeur, para quem o tempo torna-se humano na medida em que é articulado de um modo narrativo”) (1994, p.85).

De acordo com o relatório de análise do acidente da BRF página 42 segue:

“De acordo com o exposto, todo o sistema de drenagem da BRF foi modificado. A obra apresentou problemas de drenagem durante toda a sua história e a Samarco tentou minimizar as deficiências da drenagem executando várias obras ao mesmo tempo. Contudo, elas não foram suficientes para drenar de forma adequada a água que percolava em suas estruturas. Surgências e grandes trincas nos diques da barragem apontaram que havia uma percolação excessiva de água pelo corpo da barragem, fragilizando-a, levando-a a ruptura em 05/11/2015”.

Relatório de acidente página 43.

As barragens não deverão ter grande altura e a velocidade de alteamento fica condicionada às propriedades dos

rejeitos, visto que sua segurança depende da resistência mobilizável dos rejeitos que, por sua vez, é condicionada pelas pressões neutras, Essas pressões estão relacionadas à velocidade de aumento das sobrecargas provocado pela velocidade de alteamento da barragem e pela velocidade de dissipação das pressões neutras (CASTRO, 2008; GALVÃO SOBRINHO, 2014).

Estas duas reflexões nos últimos parágrafos dizem da teoria para se construir uma barragem, pequeno fragmento técnico. Contraponto a situação da barragem que levou ao rompimento, como consta na Denúncia feita pelo Ministério Público, sobre a atuação das empresas.

REFERÊNCIAS

- A DIVISÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS TEORIAS DE KARL MARX E EMILE DÜRKHEIM, Profa. Érika de Cássia Oliveira Caetano*
- BEZELGA, Francfort Marcela. O livro-reportagem como trabalho de conclusão do curso de jornalismo. Trabalho apresentado no GP Produção Laboratorial – Impressos, do 6º Encontro Paulista de Professores de Jornalismo, realizado na ESPM-SP, em 26 e 27 de abril de 2013.
- BUTLER, JUDITH. Vida precária in Quadros de Guerra. Quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro – Civilização Brasileira 2016. 2ª Edição.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). Vitrine e Vidraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo. Jornalismo e informação para democracia: parâmetros de crítica de mídia por Danilo Rothberg. Covilhã, UBI, LabCom, Livros 2010.
- DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. Émile Durkheim : tradução Eduardo Brandão. – 2 Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Coleção Tópicos)
- FRANÇA, Vera, Paradigmas da Comunicação: Conhecer o quê? Paradigmas do enquadramento. Atribuir qualidade às informações das fontes.
- LAGE, Leandro R. O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas. In: Revista

Contracampo, v. 27, n. 2, ed. ago-nov, ano 2013. Niterói:
Contracampo, 2013. Pags: 71-88.

LIMA, Edvaldo Pereira. Páginas ampliadas: o livro-
reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.
Campinas: UNICAMP, 1995.

MACHIAVELLI, Niccolò. O Príncipe. Edição Eletrônica.
Ed. Ridendo Castigat Mores. (www.jahr.org).

MAX WEBER, Conceitos Sociológicos Fundamentais.
Tradutor Arthur Morão. Universidade da Beira Interior
Covilhã, 2010. LusoSofia: Press, Textos Clássicos de
Filosofia.

Moura-Paula e Ferraz (2013) Silêncio organizacional –
análise e crítica.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. A Espiral do Silêncio:
Opinião Pública - nosso tecido social. Estudos
Nacionais, 2017.

PERES, Ana Cláudia - A LACUNA: o esforço de verdade
no testemunho e no jornalismo. Grupo de Trabalho
Estudos de Jornalismo do XXVI Encontro Anual da
Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a
09 de junho de 2017.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo:
colônia / Caio Prado Jr. ; entrevista Fernando Novais ;
posfácio Bernardo Ricupero. — São Paulo : Companhia
das Letras, 2011.

RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Tomo I. São Paulo:
Martins Fontes, 2010;

SARLO, Beatriz. Tempo passado – cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: Revista de Psicologia Clínica, Vol. 20, nº 1, Rio de Janeiro, páginas: 65-82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. In: Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, Volume 2, nº 1, páginas: 3-20, 2010.

VASCONCELLOS, Diogo de. História da Civilização Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.

VASSALLO, Maria Immacolata. Pesquisa de Comunicação: questões epistemológicas, teóricas e metodológicas. Os trabalhadores podem falar sobre a tragédia e não foram ouvidos.

[Responsabilidade socioambiental - Jus.com.br | Jus Navigandi](#). Acessado em 07/04/2021.

**Acabou-se de imprimir em PDF,
em agosto de 2021**